

ANAIS DA SEMANA EDUCA 2011

COMUNICAÇÃO ORAL



Educação na Contemporaneidade: Contradições e Possibilidades

II Encontro de Pós-Graduação em Educação
ANPAE/RO de Política e Administração da Educação
Seminário ABED/RO de Educação a Distância

SUMÁRIO

O PSICÓLOGO NA EDUCAÇÃO ACREANA	4
DA PRÉ HISTORIA A CONTEMPORANEIDADE: O PADRÃO DE ASSENTAMENTO DOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS DETECTADOS NO CENTRO LESTE DE RONDÔNIA - BRASIL	5
EDUCAÇÃO FEMININA NA SOCIEDADE DE CLASSES: UM OLHAR SOBRE AS RELAÇÕES DE GÊNERO NO CONTEXTO EDUCACIONAL BRASILEIRO	6
PEDAGOGIA SOCIALISTA E INTERSUBJETIVIDADE: DIÁLOGOS SOBRE A EDUCAÇÃO IGUALITÁRIA.....	7
PRODUÇÃO TEXTUAL FICCIONAL EM ESCOLAS INDÍGENAS: “UM DIA NA PELE DE UMA CUTIA”	8
RECURSOS MIDIÁTICOS NO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM DE HISTÓRIA: UMA ABORDAGEM PARA O ENSINO MÉDIO.....	9
REFLEXÕES SOBRE OS DESAFIOS PARA A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DO ENSINO SUPERIOR.....	11
ANÁLISE DA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA.....	12
FORMAÇÃO CONTINUADA PARA PROFESSORES: UTILIZANDO A REDE E-PROINFO NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO	13
LUDICIDADE E APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	14
A INFLUÊNCIA DA MÚSICA NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM DOS ALUNOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL, DE 3 A 5 ANOS	15
EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA: UM ESTUDO DA PRÁTICA DOCENTE NA TERRA INDÍGENA IGARAPÉ RIBEIRÃO/RO E IGARAPÉ LAGE/RO	16
ADERÊNCIA X DESISTÊNCIA: À PRÁTICA DE EXERCÍCIOS EM ACADEMIA DE GINÁSTICA.....	18
A OFERTA DO SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO NA PERCEPÇÃO DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS - UM ESTUDO INTERINSTITUCIONAL (UFAM-UNIR E UFGD)	20
REFLEXÃO SOBRE DIFICULDADES ESCOLARES ENFRENTADAS POR ALUNOS INSTITUCIONALIZADOS EM ABRIGOS.....	21
A APRENDIZAGEM DA LÍNGUA ESCRITA POR CRIANÇA DA ETNIA PARINTINTIN	22

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ENSINO SUPERIOR: DEBATE NECESSÁRIO PARA A CONSECUÇÃO DA EQUIDADE COM QUALIDADE	23
EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E SUJEITO DO CONHECIMENTO	24

O PSICÓLOGO NA EDUCAÇÃO ACREANA

COSTA, Maria Freire da¹
TADA, Iracema Neno Cecilio²

RESUMO

Este artigo tem como objetivo discutir a inserção do psicólogo na rede pública de Educação do Estado do Acre. Em pesquisa por nós realizada em 2007, sobre a atuação do psicólogo escolar, verificamos a presença de onze psicólogas na área da Educação, sendo a maioria lotada no Ensino Especial nas áreas de alta habilidade, deficiência intelectual e surdez. Havia ainda algumas psicólogas lotadas no Programa de Saúde na Escola e uma minoria atuando na Secretaria de Educação e na escola. A clientela atendida era da Educação Infantil, EJA, e Ensino Médio. Verificamos, naquele momento, que a prática profissional pautava-se pelo viés clínico, por meio do uso dos testes de avaliação do nível mental do aluno encaminhado com queixa escolar e pela aplicação de testes projetivos com a finalidade de detectar possíveis problemas emocionais que pudessem estar afetando o rendimento escolar desse aluno. Também realizavam anamnese com os pais desses alunos buscando identificar problemas relacionados à gestação, ao parto ou ao desenvolvimento neuro-psico-motor da criança. Além dessa prática clínica, chamou a nossa atenção o fato de que todas as psicólogas encontravam-se atuando somente na capital, Rio Branco, não havendo a inserção desse profissional nos demais municípios do Acre, que totalizam 22 municípios. Em 2011, ao visitarmos a Secretaria Estadual de Educação, verificamos que, apenas três psicólogas estão atuando na área escolar, estando lotadas no Programa Saúde na Escola para atender toda rede de ensino. Essa informação nos preocupa por dois motivos: o primeiro com relação à inexistência do cargo funcional de psicólogo no plano de carreira do Estado, e o segundo pelo fato que tal atuação em um Programa de saúde na escola possa contribuir para uma medicalização da queixa escolar, questão essa, tão debatida pelos pesquisadores da Psicologia e da Educação crítica, por desconsiderar o contexto escolar onde a queixa foi gerada. Os teóricos dessa linha discutem que esse tipo de atuação parece estar associada a uma formação inicial com disciplinas focadas na área da Saúde, da psicométrica, da psicopatologia, as quais objetivavam enquadrar os pacientes em termos de normalidade e anormalidade, existindo poucas matérias com enfoque na Educação. Esse aspecto é importante já que observamos, ao analisar os dados da pesquisa, que todos os profissionais já atuavam há bastante tempo, logo, sofreram influência dessa perspectiva clínica em sua formação. Além disso, o Estado, até 2006, não dispunha de cursos de graduação em Psicologia, o que poderá ter dificultado o debate e reflexão das ações desse profissional bem como a falta de maior cobrança dos atores sociais para uma boa atuação do psicólogo no âmbito escolar. O Acre permanece sem uma política de inserção desses profissionais na educação, vez que continua sem concurso específico na área e sem a criação do cargo de psicólogo escolar/educacional em seu quadro funcional, como relatamos anteriormente. O que iremos discutir é a inserção desses profissionais em um programa cujo foco é a saúde na escola, o que pode contribuir para uma visão clínica, patologizante dos aspectos educacionais, reduzindo os problemas de aprendizagem ao indivíduo, sem a dimensão histórica e social dos fenômenos que acontecem no dia a dia escolar e que contribuem para a construção da queixa do fracasso escolar centrada no aluno, o qual é percebido, neste contexto, como tendo algum problema intelectual, emocional, neurológico, saúde ou familiar.

Palavras-chave: Psicólogo escolar. Educação pública. Políticas públicas.

¹ Psicóloga do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Acre-IFAC. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Rondônia-UNIR. Email: mariafreirc@gmail.com

² Professora-adjunta do curso de Psicologia da Universidade Federal de Rondônia. Pesquisadora do Centro de Pesquisa em Formação da Pessoa da Universidade Federal de Rondônia e do Grupo de Pesquisa Psicologia Escolar e Educacional: processos de escolarização e atividade profissional em uma perspectiva crítica da Universidade de São Paulo. Email: iracematada@ig.com.br

DA PRÉ HISTORIA A CONTEMPORANEIDADE: O PADRÃO DE ASSENTAMENTO DOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS DETECTADOS NO CENTRO LESTE DE RONDÔNIA - BRASIL

MOREIRA, Daniel Fernandes - UNIR¹

RESUMO

O estudo em questão trata da recuperação da história da ocupação do centro Leste de Rondônia, através dos trabalhos desenvolvidos por pesquisadores, arqueólogos, historiadores, geógrafos, entre outros, buscando recuperar como se constituíam os padrões de assentamentos dos grupos pretéritos que ocuparam a área em questão. Nesse sentido, propõe relações de interação, resgatando a pré-história, história, tempo, memória e espaço, como elemento fundamental para a Educação da Amazônia Ocidental. Os objetivos visam demonstrar a importância dos sítios arqueológicos para a educação histórica da região, visando desmistificar a idéia da Amazônica uniforme. Além disso, o presente trabalho fornece propostas para o desenvolvimento de programas educacionais nas escolas das linhas rurais do Centro Leste de Rondônia no município de (Presidente Médici). Suas funcionalidades possibilitam a percepção coletiva e social, quanto à questão da diversidade cultural como parte da multiculturalidade amazônica. Buscaremos na arqueologia e na etnoarqueologia o referencial necessário para análise e interpretação dos dados obtidos e das fontes pesquisadas. A área de aplicação destina-se a educação em ambientes escolares, trazendo a tona elementos de conscientização e preservação do patrimônio cultural. Dessa maneira, a partir da utilização do material produzido aplicado à educação, buscamos conscientizar professores e alunos quanto à importância da diversidade cultural na Amazônia Ocidental, através de uma linha cronológica do tempo que aborda a pré-história a atualidade.

Palavras-chave: Educação. Amazônia Ocidental. Arqueologia. Etnoarqueologia.

¹ Arqueólogo da Scientia Consultoria, Pesquisador do grupo HISTEDBR - História, Sociedade e Educação no Brasil - da Faculdade de Educação da Unicamp e do grupo de pesquisa PRAXIS/CNPq com pesquisa em andamento na Amazônia Ocidental. dafmor78@hotmail.com

EDUCAÇÃO FEMININA NA SOCIEDADE DE CLASSES: UM OLHAR SOBRE AS RELAÇÕES DE GÊNERO NO CONTEXTO EDUCACIONAL BRASILEIRO

SCHNEIDER, Luciane - UNIR¹
SCHULZ, Alan S. - UNIR²

RESUMO

O advento da propriedade privada alterou todas as relações sociais, porque alterou a forma como o ser humano lida com a natureza na produção da sua própria existência. Neste sentido, alterando-se a base, altera-se toda a superestrutura sobre ela erigida. A propriedade privada teve influência nas relações entre os sexos, e essas relações e outros fatores de ordem natural, servem para encobrir as diferenças de classe. As consequências não foram diferentes na relação do homem para com a mulher e seus descendentes. Ela fora afastada do trabalho produtivo social e, como propriedade do homem, colocada na condição de cuidadora dos seus herdeiros. A totalidade destas relações, sua fundamentação ontológica e histórica, bem como as particularidades que a ela se agregam, refletem em todas as relações sociais inclusive na instrução feminina adotada no Brasil. A educação feminina na época colonial e imperial pautava-se no prolongamento das atividades maternas e do doméstico. A mulher era instruída para aprender a costurar, lavar, fazer rendas etc. e o homem a ler, escrever e contar. Recentemente é que as mulheres tiveram acesso ao ensino superior. A mentalidade conservadora patriarcal foi um dos fatores que influenciaram nas desigualdades entre homens e mulheres no que concerne a educação. E mulheres francesas, inglesas, americanas, brasileiras etc. lutaram, muitas vezes sozinhas, pelo direito a voto e também pela igualdade na educação. Cada país teve suas particularidades nessas lutas, com influência do sistema econômico vigente. Porém, a luta pela libertação da mulher no passado, influencia os movimentos atuais pela igualdade de gênero nos diversos espaços sociais. Portanto, o objetivo deste artigo é olhar para a história da humanidade, perceber as suas contribuições ou não para a educação brasileira e o que influenciou na instrução de homens e mulheres. Trazendo uma análise sobre a posição da mulher dentro da sociedade que é subdividida em classes e as relações de gênero existentes na atual educação brasileira. Para tanto, utiliza-se como fonte de pesquisa os autores Heleieth Saffioti, Karl Marx, Anibal Ponce e artigos relacionados à educação e relações de gênero.

Palavras-chave: Educação. Relações de gênero. Sociedade de classes.

¹ Graduada em Turismo com Ênfase em Meio Ambiente. Mestranda em Desenvolvimento Regional e Meio na Universidade Federal de Rondônia - UNIR. Bolsista CAPES. Email: luc.schulz@gmail.com.

² Graduado em Teologia. Mestrando em Educação pela Universidade Federal de Rondônia - UNIR. Bolsista CAPES. Email: alanluterano@gmail.com

PEDAGOGIA SOCIALISTA E INTERSUBJETIVIDADE: DIÁLOGOS SOBRE A EDUCAÇÃO IGUALITÁRIA

SCHULZ, Alan S.¹
SCHNEIDER, Luciane²
COLARES, Anselmo Alencar³

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo elencar as concepções pedagógicas que contribuíram para a reestruturação educacional iniciada na revolução bolchevique. Neste contexto revolucionário, a preocupação com o campo educacional ganha um espaço sensivelmente importante para a formação de um *novo homem* para construir essa *nova sociedade*. É neste contexto que Anton Semiónovitch Makarenko (1888-1939), por exemplo, afirma que a prática pedagógica é a organização do coletivo, para a educação da personalidade no coletivo e, somente, através do coletivo. No contexto da sociedade capitalista a educação cumpre com o papel da formação individualizada e alienada. Sua função resume-se basicamente ao adestramento para o exercício do trabalho correspondendo assim aos interesses da classe que se apropriou dos meios de produção da existência humana. A classe dos trabalhadores, neste contexto, configura-se como uma classe da qual os conhecimentos referentes à produção foram expropriados. Esta produção privatizada por uma classe minoritária fez do trabalho um “corpo estranho” alheio ao trabalhador. Nesta perspectiva, outro pedagogo, Moisey Mikhaylovich *Pistrak* (1888 - 1940) defendeu que a primeira tarefa que uma sociedade igualitária pressupõe à escola é a de desconstruir a dicotomia entre teoria e prática suplantada pela ideologia burguesa. Esta insinua que a escola é uma “entidade” apolítica, mas como já afirmava Lenin, a idéia de uma educação apolítica ou neutra não passa de uma hipocrisia da burguesia, um meio de enganar as massas. Na tradição marxista, a subjetividade humana pode ser considerada uma intersubjetividade, uma apropriação a partir da objetivação da natureza que é transmitida ao longo das gerações. O artigo procura discutir a construção coletiva da identidade humana a partir da perspectiva de uma educação igualitária e transformadora fundamentada nos pedagogos da revolução bolchevique.

Palavras-chave: Pedagogia. Socialista. Educação.

¹ Graduado em Teologia. Mestrando em Educação pela Universidade Federal de Rondônia - UNIR. Bolsista CAPES. Email: alanluterano@gmail.com

² Graduada em Turismo com Ênfase em Meio Ambiente. Mestranda em Desenvolvimento Regional e Meio na Universidade Federal de Rondônia - UNIR. Bolsista CAPES. Email: luc.schulz@gmail.com

³ Doutor em Educação. Universidade Federal do Oeste do Pará e Universidade Federal de Rondônia. E-mail: anselmo.colares@hotmail.com.

PRODUÇÃO TEXTUAL FICCIONAL EM ESCOLAS INDÍGENAS “UM DIA NA PELE DE UMA CUTIA”

VEGINI, Valdir¹ - UNIR
VEGINI, Rebecca Louize² - UNIR

RESUMO

O propósito deste artigo é apresentar uma amostra do resultado da aplicação de uma estratégia didática para o fomento da criatividade na produção textual de alunos de comunidades indígenas. Como referência, é apresentado um texto ficcional zoomórfico (selecionado entre dezenas de outros) produzido por um aluno do curso “Formação continuada para professores indígenas” realizado em janeiro de 2010 no CENTRER/EMATER/RO, a partir do *slogan* “Um dia na pele de...”. Com base no texto produzido sob o título “Um dia na pele de uma cutia”, são analisadas as motivações que o desencadearam e sua constituição estrutural externa e interna. O resultado da metodologia empregada mostra que textos suscitados a partir da realidade sócio-cultural do aluno e de cunho imaginativo estimulam a criatividade e a produtividade e são, portanto, didaticamente muito recomendáveis para a preservação dos idiomas nativos em comunidades indígenas bem como para a constituição de um acervo bibliográfico em suas escolas.

Palavras-chave: Formação continuada. Texto ficcional. Línguas indígenas. Didática da Língua Materna. Acervo literário indígena.

¹ Doutor em Letras e Professor Titular da Universidade Federal de Rondônia.

² Graduada em Letras e Mestranda na Universidade Federal de Rondônia.

RECURSOS MIDIÁTICOS NO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM DE HISTÓRIA: UMA ABORDAGEM PARA O ENSINO MÉDIO

OLIVEIRA, Mônica C. A. - IFRO

RESUMO

Raramente encontramos nas escolas públicas ou privadas estudantes do Ensino Médio que tenham prazer, interesse e facilidade de estudar a disciplina de História. Pelo contrário, o que se encontra são professores aflitos por não conseguirem despertar em seus jovens estudantes o interesse por essa disciplina. A dificuldade em construir o conhecimento de forma prazerosa aliada ao fato da disciplina já ser estigmatizada leva a um índice de reprovação e evasão escolar muito grande. A reclamação dos estudantes de que as aulas de História são monótonas, entediantes, chatas, desmotivadoras, cansativas é antiga. Isso não é de agora, a diferença é que, como não tratamos mais com jovens que eram preparados a obedecer, sem questionar, ficamos muitas vezes sem respostas. O contexto escolar atual, apesar de não apresentar-se de forma satisfatória, está cada vez mais associado às dúvidas, às incertezas, talvez até fruto dessa nossa sociedade que incentiva a exploração do homem pelo homem, à diversidade cultural, à heterogeneidade. Tudo isso são os novos desafios da educação que nos são impostos. Uma das propostas para amenizarmos esse quadro seria uma abordagem que fizesse sentido ao estudante, que lhe seja significativa. Para que o estudante se envolva cognitivamente, há necessidade de se proporem atividades que o leve além da pura memorização. Esse conhecimento deve ser construído e reconstruído, pois se for apenas implementado ou transferido, incorre-se no erro de se estar no patamar da aprendizagem mecânica, que não é o objetivo da educação. Para tanto, é necessário desenvolver a capacidade de avaliação crítica dos recursos tecnológicos disponíveis de modo a contribuir para o enriquecimento da prática pedagógica do ensino história. A chegada de novas tecnologias e mídias é uma realidade com a qual os profissionais de todas as áreas se deparam, apontando-lhes novos desafios. Inserido nesse contexto, o professor de história precisa assumir uma postura de predisposição à mudança, de compreensão do modo de ser, agir, pensar e se comunicar das novas gerações, como também saber o quê, como, o porquê e quando usar as diferentes mídias nos processos de ensino e aprendizagem. Propõem-se adotar um caminho para a melhoria da qualidade do ensino de História, por meio de recursos midiáticos. Uma das possibilidades é o desenvolvimento de projetos aliados às tecnologias. A integração das tecnologias e mídias, explorando suas características constitutivas, de modo que sejam incorporadas ao desenvolvimento de ações para agregar efetivos avanços e aquisição de conhecimento. Para além do quadro e do giz, a sala de aula do século XXI precisa ter acesso fácil, ao vídeo, DVD, projetor multimídia e, pelo menos, um ponto de Internet, para acesso a sites em tempo real, tanto por parte do professor quanto dos estudantes. Recursos midiáticos como a fotografia, vídeo e o jornal, apresentam ao educador, de forma simples e objetiva, a linguagem áudio-visual como recurso pedagógico. A utilização da fotografia como técnica de obtenção de dados para a pesquisa, durante um trabalho de campo, constitui-se em uma proposta de ensino articulado. A construção de um jornal com matérias produzidas pelos estudantes poderão estar inseridas dentro dos conteúdos da disciplina de História e contextualizadas com as vivências diárias. Além disso, no processo de elaboração do jornal, os alunos entrarão em contato com vários recursos tecnológicos como: internet, editores de texto e diagramação, gravadores, câmeras fotográficas, etc. Outro exemplo é o vídeo, com esse recurso um material produzido poderá ser usado não só para uma reflexão sobre os conteúdos da disciplina de história, mas também para tornar o educando produtor desse conhecimento, além do domínio da tecnologia aplicada para tornar mais estimulante as aulas. A relação do educando com a realidade não se limita a sua vida pessoal e ao que ele vê em casa ou na escola. É um contexto muito mais amplo. Ou seja, os alunos têm um universo de aprendizado mais aberto, utilizando outros meios como a Internet e as mídias audiovisuais. Há muito tempo o professor e os livros didáticos deixaram de ser fontes únicas de conhecimento e, por isso, a educação deve ser baseada no intercâmbio de informação e na troca criativa de saberes. As tecnologias são pontes que abrem a sala de aula para o mundo, que representam, medeiam o nosso conhecimento do mundo. São diferentes formas de representação da realidade, de forma mais abstrata ou concreta, mais estática ou dinâmica, mais linear ou paralela, mas todas elas, combinadas, integradas, possibilitam uma melhor apreensão da realidade e o desenvolvimento de todas as potencialidades do

educando, dos diferentes tipos de inteligência e habilidades. Ao utilizar um modelo de aprendizagem mais dinâmico e voltado para o uso de tecnologias, baseado na experiência real, rompe-se com o paradigma do ensino tradicional, introduzindo passos atingíveis para os alunos e permitindo a mudança de atitudes. Para quem não é sensível ao problema de se trabalhar uma contextualização tão humana quanto a História, poderia estar se perguntando se só a inserção de tecnologia nas aulas de história é suficiente para motivar os estudantes. Acreditamos que não, pois, apesar de valorizarmos a história do conhecimento científico e sua ligação com as descobertas mais contemporâneas, se formos usar apenas a exposição dialogada em nossas aulas, recairemos no mesmo erro, o das aulas desmotivantes, mecânicas, em que somente o professor fala - pois é o dono do saber -, o estudante permanece calado e se frustra ao não conseguir acompanhar a abstração do professor. O holofote, nessa pseudo-situação permaneceria então apenas sobre a cabeça do professor. Os estudantes permaneceriam na obscura posição de ouvintes. Sempre como seres objetos e passíveis, nunca como atores de sua própria história. Partindo dessa premissa, continuaremos a formar pessoas que nunca se transformarão ou revolucionarão o próprio meio em que vivem. Continuarão a responder apenas o que colocamos em suas mentes. E é exatamente isso que queremos esfacelar. Queremos estudantes que saibam se posicionar e criticar o uso que o sistema capitalista quer fazer da Ciência e da Tecnologia. Queremos estudantes que transformem a realidade em que vivem. Estudantes que promovam a melhoria da qualidade de vida em suas comunidades e que participem ativamente da vida política de nosso país. E quem nos dá esse vislumbre é a própria tecnologia, a cada dia avançando mais e mais. Quem pode se autodenominar especialista máximo em novas tecnologias se, a cada dia que passa, novas descobertas são feitas. Devemos fazer uso dessas tecnologias para melhorar cada vez mais nosso conhecimento e ensinar melhor nossos alunos.

Palavras-chave: Ensino. História. Mídias. Tecnologia.

REFLEXÕES SOBRE OS DESAFIOS PARA A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DO ENSINO SUPERIOR

BATISTA, Eliane Regina Martins - UFAM¹

RESUMO

A formação dos professores constitui-se hoje como uma das mais relevantes inquietações na área da educação, principalmente a partir da década de 1980. Esta temática é analisada e questionada desde os diversos níveis de atuação do profissional da educação básica, até aqueles que atuam no ensino superior. As reflexões em torno dessa temática são marcadas para além do domínio de determinada área do conhecimento, tendo em vista que deve haver o compromisso do professor com a aprendizagem dos alunos, principalmente diante da expansão do ensino superior público. Com o processo de expansão das universidades federais brasileiras, os desafios estão postos, principalmente para docentes que atuavam em outros níveis de ensino e que agora ensaiam os primeiros passos na docência universitária. O enfrentamento desse novo desafio faz surgir indagações como estas: Como o (a) professor (a) deve atuar neste nível de ensino? Será que o (a) professor (a) está preparado (a) para orientar os alunos com relação aos questionamentos distintos apontados nas aulas de nível superior? Por isso, é imprescindível um olhar mais apurado para as políticas de formação de professores, para os desafios que são enfrentados no cotidiano da docência, como também, para as necessidades que surgem e se consolidam como empecilhos no processo educativo. As dificuldades advindas dessa prática surgem dia após dia, além disso, soma-se a ausência de uma infra-estrutura adequada nos novos *campi* que vêm cumprindo sua função social mesmo a com funcionamento precário de laboratórios, dos escassos exemplares de livros na biblioteca, da falta de docentes para ministrar disciplinas específicas, dentre outros. Afora isso, no que tange à valorização curricular, ainda emerge a valorização de saberes que são privilegiados no ensino superior, em detrimento de outros. A docência universitária configura-se como uma atividade comprometida com a formação do cidadão para atuar em diversas áreas. Nesses termos, as universidades emergem como espaços singulares e com funções imprescindíveis para sua consolidação. Sendo assim, não podemos falar da docência universitária se não olharmos a universidade em sua estreita relação com o processo de formação do professor do ensino superior, implementando políticas de formação que os prepare para atuar com qualidade neste nível de ensino. Este artigo é resultado de uma pesquisa bibliográfica e de campo, na qual apresentamos um breve recorte da formação de professores para o ensino superior brasileiro. A formação de professores constitui-se um dos instrumentos fundamentais para a qualidade da educação superior, sendo assim, a formação desses profissionais da educação precisa de um olhar minucioso sobre os desafios que os professores enfrentam no processo formativo. Dentre esses desafios podemos destacar a quantidade restrita de vagas nos programas públicos de pós-graduação *stricto sensu*; a desvalorização da formação para a docência privilegiando o saber específico; a ausência de apoio institucional, por isso é urgente o compromisso das instituições de ensino superior com a formação docente, além disso, é necessário superar a visão restrita que se tem da formação como algo terminal, sendo pertinente considerá-la como um *continuum*. Acreditamos que é essencial na formação de professores para atuar no ensino superior, a estrita relação entre formação específica e a docência, considerando que esses profissionais estão exercendo a profissão docente.

Palavras-chave: Formação de professores. Desafios da formação. Ensino superior.

¹ Mestre em Educação. Professora Assistente do Instituto de Educação, Agricultura e Ambiente, Campus Vale do Rio Madeira, da Universidade Federal do Amazonas. E-mail: anne_tista@hotmail.com. Bolsista: CNPq.

ANÁLISE DA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA

OLIVEIRA, Anna Karollina de Souza - UNIR¹

CAMPOS, Elisiane Mel Vieira - UNIR²

SANTOS, Gisele Caroline Nascimento dos - UNIR³

BUENO, José Lucas Pedreira - UNIR⁴

RESUMO

Com o surgimento da internet houve uma ampliação das possibilidades de ensinoaprendizagem, não limitando mais esse processo a estruturas fechadas e a relação direta professor-aluno. Nesse contexto surge a Educação à Distância (EAD) que possibilita mais abrangência das formas e modelos educacionais, onde o discente construa seu conhecimento conforme sua disponibilidade de tempo e as possibilidades de acesso em qualquer ambiente que tenha internet. Alguns autores apontam limitações quanto a EAD e discutem que o distanciamento físico entre professor e aluno dificulta a construção de valores no tocante aos métodos de avaliação existentes. No entanto, uma das maiores contradições na avaliação em EAD, ocorre com os exames presenciais como define a legislação específica desta modalidade. O resultado destes tem função somativa a qual prepondera todas as atividades realizadas durante o processo educativo no ambiente virtual de aprendizagem (AVA) promovendo uma descontinuidade processual. Deste modo, a partir dessa discussão, este trabalho busca apontar os aspectos da avaliação da aprendizagem realizada na modalidade de EAD, apresentar os tipos de avaliação, os aspectos legais que a amparam, bem como, apresentar um breve histórico sobre essa modalidade de educação. Trata-se de um estudo bibliográfico embasado em autores que discutem sobre avaliação da aprendizagem e também têm estudos e pesquisas voltados à EAD. A pesquisa baseia-se ainda em documentos legais que regem esse modelo de educação. Conforme Oliveira e Gama (2011) a história da EAD no Brasil passou por quatro etapas, sendo a primeira caracterizada pelo “ensino por correspondência”, em meados de 1904; posteriormente, em 1960, expandiu-se para uma tecnologia mais avançada para a época, como o rádio e a telefonia, que surgiu pós Segunda Guerra Mundial; uma terceira calcada no uso da imagem, com a chegada da televisão (1966 a 1974); e a última que permanece até hoje, alicerçada na informática, que possibilitou uma maior ampliação da EAD, que teve seu início em meados de 1990. Moore e Kearsley (2007, apud NITZKE; GRAVINA; CARNEIRO, 2011) destacam ainda outra etapa posterior a rádio e telefonia, denominada “Universidade Aberta”. A avaliação a distância possui uma dinâmica diferente da presencial. Utilizando-se de várias metodologias de apoio didático para realização das avaliações e articulando fatores de ordem legal como a avaliação final, que deve preponderar de modo contínuo produzindo assim um retrocesso do processo avaliativo. A avaliação da aprendizagem na EAD pode possuir aspectos construtivistas dependendo do *design* pedagógico adotado, que prezam pelo desenvolvimento da aprendizagem do aluno de maneira formativa. No entanto, esbarra com a base legal que demonstra o ranço tradicional que visa o disciplinamento e a promoção mediante os resultados demonstrados pela nota quantitativamente. Apesar da avaliação ser realizada continuamente, a avaliação de maior peso é a final de cunho presencial, sendo os seus resultados considerados de maior relevância do que o que foi avaliado de modo contínuo e sistemático no AVA. Torna-se necessário discutir e reformular este aspecto da avaliação em EAD para que o processo de ensino e aprendizagem seja verdadeiramente formativo e emancipatório rompendo com os aspectos conservadores e tradicionais da avaliação.

Palavras-chave: Avaliação da Aprendizagem. Educação a Distância. Legislação da Educação a Distância.

¹Acadêmica do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Rondônia - UNIR/Porto Velho. E-mail: anna.karollina@hotmail.com

² Acadêmica do Curso de Pedagogia da UNIR/Porto Velho. E-mail: mellisevcampos@gmail.com

³ Acadêmica do Curso de Pedagogia da UNIR/Porto Velho. E-mail: giselecarol12@gmail.com

⁴ Professor Dr. do Departamento de Ciências da Educação - DED/UNIR. 7lucas@gmail.com

FORMAÇÃO CONTINUADA PARA PROFESSORES: UTILIZANDO A REDE E-PROINFO NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

BLACKMAN, Cledenice¹
 VIANA, Gizele de Melo²

RESUMO

O presente artigo tem temática central a *Formação Continuada para Professores: Utilizando a rede E-PROINFO no âmbito do município de Porto Velho*. Mencionamos que temos como objetivos principais apresentar algumas características de Políticas Públicas voltada para o contexto educacional no âmbito do território brasileiro, mais especificamente, no município de Porto Velho. Sendo que escolhemos como objeto de análise o Programa Nacional de Informática na Educação - PROINFO. Entretanto, vamos conceituar alguns termos ligados ao PROINFO que são: formação continuada para professores da educação básica, destacando o principal objetivo do aludido programa. Assim como, vamos salientar como o município de Porto Velho vem desenvolvendo a referida Política Pública no contexto educacional através da utilização da rede E-PROINFO. Enfatizamos que utilizamos uma metodologia bibliográfica baseada em livros, periódicos, revistas especializadas e bases de dados, bem como em publicações oficiais, assim como, em âmbito nacional, local e fala oral de autoridades municipal registrada em evento regional. Contudo, tornou-se necessário apresentar a conceituação de alguns termos inerentes à pesquisa como exemplo Políticas Públicas, onde apreendemos que desde o início do século XX foram disseminados na sociedade brasileira, vários tipos de Políticas voltadas ao contexto educacional. Com isso, a Formação Continuada para professores tornou-se referência através das Leis de Diretrizes e Bases da Educação - LDB (Lei 9394-96). Tornando uma ação de Políticas Públicas que deveriam ser executadas pelos governos: Federal, Estadual e Municipal. Tendo em vista, que “A União, o Distrito Federal, os Estados e os **Municípios**, em regime de colaboração, deverão promover a formação inicial, a **continuada** e a capacitação dos profissionais de magistério” [Grifo Nosso]. Contudo, através da criação da lei de nº. 11.502/2007 inicia-se o processo de nivelamento e o reforço da responsabilidade pela Formação Continuada dos professores da rede básica a nível federal, tornando-se responsabilidade e competência da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoas de Nível Superior - Capes. Diante disso, o Programa Nacional de Informática na Educação - PROINFO, foi criado pela Portaria nº. 522 de 15 de abril de 1997 instituída pelo Ministério da Educação - MEC. Sendo que o objetivo principal do programa supracitado concentra-se em promover o uso pedagógico da informática na rede pública de educação básica no sentido de contribuir para a construção de uma aprendizagem com mais qualidade. Mas enfatizamos que o município de Porto Velho iniciou a Formação Continuada pautada nas Tecnologias da Informação e Comunicação - TIC no ano de 2008 através da criação do Núcleo de Tecnologia Educacional Municipal - NTM sob a jurisdição do referido município. É evidente que a Formação Continuada voltada aos Profissionais da Educação do município de Porto Velho passa por algumas problemáticas no sentido de não atender a alguns itens dos princípios da excelência de uma Gespública como demonstrará e evidenciará o referido artigo. Pois, a eficiência nas formações em relação à quantidade de profissionais em educação vem sendo algo progressivo, porém ineficiente vista o “total de 2.700 professores” que faziam parte do quadro de funcionários estatutários desta autarquia no momento em que foi feita a pesquisa para realização do texto. Diante disso, verificamos que o município de Porto Velho, que tinha no período da investigação que foi realizada no ano de 2010 o prefeito Roberto Sobrinho vem buscando viabilizar mesmo que de forma lenta, ineficiente e contraditória. Entretanto, de forma transparente utilizando-se de meios para divulgar os programas o qual é parceiro, ou seja, respeitando de certa maneira os princípios da publicidade e legalidade.

Palavras-chave: Formação Continuada. Políticas Públicas. PROINFO. Professores. Porto Velho

¹ Mestre em História pela Universidade Pablo de Olavide (Servilla/Espanha) em parceria com a Universidade de Murcia (Espanha) e a Fundação Universidade Federal de Rondônia - UNIR. Graduada em História pela Universidade Federal de Rondônia - UNIR. E Atualmente Acadêmica do 5º Período do Curso Ciências da Informação - Biblioteconomia na Fundação Universidade Federal de Rondônia - UNIR. Email: cleideblackman@hotmail.com.

² Especialista em História Regional de Rondônia pela Faculdade de Educação de Porto Velho - Unipac. Graduada em História pela Fundação Universidade Federal de Rondônia - UNIR. E Atualmente Acadêmica do 5º Período do Curso Ciências da Informação - Biblioteconomia na Fundação Universidade Federal de Rondônia - UNIR. Email: clarapvh@hotmail.com.

LUDICIDADE E APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL

BARBOSA, Ana Rubia Menezes¹ - UNIR
 BARBOSA, Ingrid Letícia Menezes² - UNIR
 AMARAL, Nair Ferreira Gurgel do³ - UNIR

RESUMO

O atendimento as crianças de zero a seis anos surgiu no Brasil ao final do século XIX com a revolução industrial. As mulheres deixavam suas casas para trabalhar e as crianças eram deixadas em instituições de assistência social, logo a educação infantil naquele momento era vista apenas como assistencialista, sem nenhum fim pedagógico. A partir da formulação da Lei das Diretrizes e Bases Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 ocorreu a inclusão da educação infantil como primeira etapa da educação básica, logo o Ministério da Educação organizou o Programa de Formação Inicial para Professores em Exercício na Educação Infantil (PROINFANTIL) para atender esta demanda. O PROINFANTIL é um curso a distância, em nível médio e na modalidade normal, para professores que atuam na educação infantil sem a formação mínima exigida pela legislação e projeto de extensão da Universidade Federal de Rondônia. Esta pesquisa busca verificar de que forma os professores cursistas do PROINFANTIL do Estado de Rondônia compreendem o lúdico na formação sociocultural das crianças pequenas. No Estado de Rondônia, para este grupo foram instituídas quatro Agências Formadoras (AGF) em pontos estratégicos, como forma de garantir atendimento aos cursistas, as agências formadoras são núcleos de apoio pedagógico aos tutores e cursistas dos municípios situados na sua área de abrangência, sendo que estas estão nos municípios de Rolim de Moura, Colorado do Oeste, Presidente Médici e Ariquemes, com 139 cursistas e 20 tutores, distribuídos em 14 municípios. Os sujeitos da pesquisa são os professores cursistas do grupo III do PROINFANTIL que iniciaram suas atividades em Junho/ 2009 e finalizaram em Julho/ 2011. Serão convidados três cursistas, por AGF aleatoriamente, onde será firmado um Termo de compromisso e consentimento no qual estarão descritos os objetivos da pesquisa. Será utilizada uma pesquisa do tipo qualitativa, por heterogenizar as informações. O material analisado será o Planejamento Diário dos cursistas do programa elaborados pelos sujeitos no módulo um e o último do módulo quatro. Esta pesquisa visa examinar a reflexão feita pelos cursistas sobre o lúdico e sua aplicabilidade na educação infantil no estado de Rondônia. A análise poderá identificar os pontos fundamentais da prática pedagógica nas Instituições da Educação Infantil, as influências teóricas e prioridades estabelecidas ao longo destes dois anos nas diferentes regiões, bem como a diversidade cultural presente em cada contexto.

Palavras- chaves: Formação. Planejamento diário. Lúdico.

¹ Mestranda em Educação pela Fundação Universidade Federal de Rondônia- UNIR; Especialista em Fisiologia do Exercício- Faculdade de Ciências Biomédicas de Cacoal- FACIMED; Graduada em Educação Física- Bacharelado e Licenciatura pela FACIMED. E-mail: rubia.86@hotmail.com

² Mestre em Ciências da Linguagem pela UNIR; Pós-graduada em Linguística Aplicada ao Ensino do Português pela FACIMED; Graduada em Letras pela UNESC. E-mail: ingrid_leticia@hotmail.com

³ Doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho- UNESP/ Araraquara (2002). Professora Titular da Universidade Federal de Rondônia-UNIR. Atualmente cursa Pós-doutorado em Educação na UNICAMP-Campinas/SP. E-mail: nairgurgel@uol.com.br

A INFLUÊNCIA DA MÚSICA NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM DOS ALUNOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL, DE 3 A 5 ANOS

NEVES, Cleiton Leirson Braga¹

RESUMO

A música tem um papel importante na vida dos seres humanos, do nascimento a morte estamos cercados pela música. A expressão dos sentimentos está interligados ao nosso cotidiano, momentos de nossa existência que marcam de maneira positiva ou negativa. Dentro do processo de aprendizagem não é diferente. A criança carrega consigo as cantigas realizadas em casa pelos seus pais, pela cuidadora ou por uma pessoa que seja responsável por ela. Esses cantos ainda de maneira empírica realizados gera na criança a curiosidade de conhecer os objetos e os seres utilizados nas cantigas. Quando a criança chega à escola tudo que era imaginável passa a se tornar concreto, ampliando seu conhecimento de mundo, favorecendo ao aprendizado, gerando conhecimento, e é através da interação realizada entre criança e meio que esse processo acontece, podendo estimular o desenvolvimento da criança. Assim esse artigo visa apresentar a influência que a música pode promover no processo de aprendizagem do aluno no seu desenvolvimento escolar e verificar de que maneira os professores estão desenvolvendo a promoção desse processo na escola, uma vez que a música é muito utilizada para o desenvolvimento de atividades em sala de aula. Dentro da abordagem quali/quantitativa, com o intuito de coletar informações claras e precisas, utilizou-se a pesquisa de campo com aplicação de entrevistas estruturadas e semiestruturadas, com um questionário misto, possibilitando que os educadores fornecessem informações reais do seu cotidiano, de suas metodologias, do uso de seu material didático, de maneira ampla revelando a utilização de suas ferramentas de atuação em sala de aula. Concluindo-se a partir das informações levantadas que a música propicia o melhor desenvolvimento dos alunos no processo de aprendizado, uma vez que se evidenciou durante a pesquisa que a utilização da ferramenta musical favorece e simplificava de maneira divertida e bem explanada o conteúdo aplicado, facilitando ao aluno a melhor compreensão do que lhe é apresentado, assim como revelou, a necessidade de capacitação apropriada dos professores. Grande parte dos professores entrevistados não possui nenhum tipo de formação na área musical, ponto no qual destacam-se aqueles que participaram de oficinas e seminários voltados para a temática música na educação infantil, o que reflete na atuação em sala de aula.

Palavras-chave: Música. Cantigas. Aprendizado.

¹ Pedagogo com habilitação nas series iniciais do ensino fundamental e especialista em Orientação Educacional. Musico clarinetista e funcionário publico municipal, atuando atualmente no Distrito de Jaci - Paraná.

EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA: UM ESTUDO DA PRÁTICA DOCENTE NA TERRA INDÍGENA IGARAPÉ RIBEIRÃO/RO E IGARAPÉ LAGE/RO

FLORES, Cíntia Rosina - UNIR¹

LIMA, Cristiane Costa de - UNIR²

SIQUEIRA, Maria Aparecida Caetano de - UNIR³

RESUMO

Os povos indígenas se expressam por sua ampla distribuição em todo o Brasil, dividindo-se em várias etnias, habitando terras em todo o território brasileiro. A partir da consolidação de políticas que visam garantir a importância dos povos indígenas, suas idiosincrasias, seus valores culturais e patrimoniais como parte indissociável de seu reconhecimento como cidadãos brasileiros é que se tem dado especial atenção a Educação Escolar Indígena. Objetivando a necessidade de se aperfeiçoar as condições de um direito fundamental assegurado por lei, em destaque a educação escolar, que no passado foi uma das maneiras de negação de sua diversidade cultural, em particular o de sua língua, impondo a Língua Portuguesa como regra, sendo a única língua a ser usada nacionalmente nas escolas, é que a Educação Escolar indígena deve estar alicerçada em princípios e em métodos educativos do próprio aprendizado científico dos conhecimentos universais e tecnológicos. Arelada a Educação Escolar Indígena encontra-se a Educação Indígena, está relacionada com a história dos povos indígenas envolvendo seus próprios conhecimentos, e suas diversas concepções holísticas oriundas de conhecimentos e métodos particulares de aprendizados que abarcam a natureza, a vida social e a cosmovisão de cada comunidade nativa. Através do Decreto Presidencial Nº 26/91, a responsabilidade pela oferta da Educação Escolar Indígena foi retirada da Fundação Nacional do Índio, e transferida para o Ministério da Educação, passando pela publicação da Resolução Nº 03 de 1999 da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, que estadualizou a oferta da Educação Escolar Indígena, sem excluir os Municípios, desde que atendam às condições postas pelo Conselho Nacional de Educação, baseando-se numa política nacional que atende os preceitos legais da Constituição Federal de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Nº 9394/96. Com o Decreto Nº 6.861/09, a Educação Escolar Indígena foi definida dentro de seus territórios etnoeducacionais, passando a ser atendida a partir do disposto que a Educação Escolar Indígena será organizada com a participação dos povos indígenas, observada a sua territorialidade e respeitando suas necessidades e especificidades. Para atender tais exigências desenvolveu-se, nacionalmente, ações voltadas para a Educação Escolar Indígena, destacando-se a formação dos docentes indígenas membros de suas respectivas comunidades para atuarem em suas aldeias. Nessa perspectiva o presente estudo remete-se a pesquisar a ação prática de docentes indígenas que receberam o Curso de Formação de Professores Indígenas - Habilitação em Magistério Nível Médio, denominado Projeto Açai I, no Estado de Rondônia. Esta pesquisa objetivou verificar a ação prática de docentes indígenas que receberam o Curso de Formação de Professores Indígenas - Habilitação em Magistério Nível Médio, denominado Projeto Açai I, no Estado de Rondônia, que atuam nas Terras Indígenas: Igarapé Ribeirão, no Município de Nova-Mamoré e Igarapé Lage, no Município de Guajará-Mirim, assim como identificar de que forma uma prática pedagógica baseada na valorização dos conhecimentos e saberes tradicionais, influenciam no ensino-aprendizagem. Quanto à natureza, o estudo abordou a pesquisa qualitativa e quantitativa, como meio adotou-se a pesquisa bibliográfica e de campo, tendo como procedimentos utilizados para a coleta de dados, entrevistas semi-estruturadas e questionários, focalizando o levantamento das práxis pedagógicas em sala de aula e verificando os planos de aula e materiais didáticos produzidos pelos próprios docentes, como também aplicação de questionários com sete responsáveis, pertencentes à Terra Indígena Igarapé Ribeirão. Este estudo evidenciou ainda a Educação Escolar Indígena, baseada em seus próprios métodos educativos do aprendizado científico e nos conhecimentos considerados universais, diferenciando-se da Educação Indígena a qual é fundamentada em seus tradicionais processos de aquisição do saber, que envolvem a natureza, a vida social e a cosmovisão de cada

¹ Mestre em Engenharia: energia, ambiente e materiais pela Universidade Luterana do Brasil e docente da Fundação Universidade Federal de Rondônia - rosinaflores@gmail.com.

² Graduanda do Curso de Pedagogia da Fundação Universidade Federal de Rondônia - cristianeemurilo@hotmail.com.

³ Graduanda do Curso de Pedagogia da Fundação Universidade Federal de Rondônia - pedropaulo_cidasantos@hotmail.com.

comunidade indígena. Enfatizou-se a consolidação das Legislações que se destinam aos povos indígenas, assegurando-lhes o direito de uma educação diferenciada, intercultural e autonomia para conduzir a escola indígena com qualificação. A pesquisa constatou que 100% dos professores entrevistados afirmaram que o Projeto Açaí I foi fundamental para a melhoria das práticas pedagógicas aplicadas em sala de aula, porém foram uníssonos em relatar que houve falhas no seu processo de formação. O estudo evidenciou ainda que 50% dos professores atestaram que precisam ser feitas melhorias na formação do professor. De acordo com a análise dos dados coletados os resultados demonstraram que 75% dos professores entrevistados apontam como óbice a Língua Portuguesa, indicando assim que as aulas de Língua Portuguesa ministradas durante o curso de formação dos docentes, não alcançaram suas expectativas e necessidades, as quais eram primordiais para apresentações orais e produção textual.

Palavras-chave: Educação escolar indígena. Educação indígena. Legislação indígena. Formação de professores indígenas. Projeto Açaí.

ADERÊNCIA X DESISTÊNCIA: À PRÁTICA DE EXERCÍCIOS EM ACADEMIA DE GINÁSTICA

MATOS, Maria Aparecida - ULBRA ¹

NASCIMENTO, Pedro Carlos de Lira - ULBRA ²

NEVES JUNIOR, Juarez Alves - IFRO ³

LIMA, Andréa Cavalcante - ATHLETICS ⁴

RESUMO

Ao iniciar atividades físicas em academias de ginástica, os praticantes apresentam entusiasmo, pois se considera que eles sabem sobre os benefícios que essa prática proporciona tanto para o corpo quanto para a mente, gerando benefícios ao indivíduo, independente de sua faixa etária. Observa-se, pois, que em alguns indivíduos este entusiasmo tende a atenuar em pouco tempo, havendo razoável evasão nos três primeiros meses de prática de exercícios. Sendo que vários fatores podem dificultar essa permanência. A prática programada e bem supervisionada produz no indivíduo que a pratica uma série de benefícios. Segundo Maslow, citado por FADIMAN & FRAGER (1986, p.274), satisfeitas as necessidades fisiológicas, o indivíduo está livre para lidar com necessidades mais elevadas, dentro da hierarquia das necessidades. É fato que a evolução social vem atribuir à prática desportiva uma importância crescente, porém os resultados não têm sido os esperados. Expõe-se que apesar de bem conhecidos os benefícios da prática regular do exercício, muitos indivíduos optam por não ser suficientemente ativos, isto é, não se envolvem com a frequência, a intensidade suficiente para a manutenção da saúde e prevenção de doenças. Segundo Saba (2008), metade das pessoas que iniciam programas de atividade física abandona a sua prática após um período de seis meses a um ano. Isso demonstra que começar não é o mais difícil, esses alunos precisam ser estimulados a continuar, independente do motivo que os levou a se matricular em uma academia de ginástica e musculação. Com isso, conclui-se que a alta rotatividade de alunos é um problema por elas enfrentado, porque muitos de seus frequentadores abandonam a prática antes mesmo de alcançar os resultados almejados. Em se tratando de exercício físico, o termo “aderência” é a denominação do comprometimento. Existem vários fatores responsáveis pela adesão a atividade física apresentada nas academias: a presteza do professor, a estrutura oferecida para a prática, o espaço, a limpeza, as pessoas que a frequentam, a localização, entre outros. No entanto, juntos esses fatores necessitam que a pessoa incorpore o exercício físico ao seu estilo de vida, ligando-se a ele de forma constante, ou pelo menos duradoura, criando condições para que a prática da atividade proposta seja continuada de forma prazerosa e produtiva. A presente pesquisa investigou os principais motivos que levam um indivíduo a procurar a prática de exercícios físicos em academias de ginástica e o quais fatores ajudariam em sua permanência e até mesmo sua aderência às práticas corporais. Este estudo foi realizado com indivíduos que constantemente interrompem a prática de seus exercícios físicos em academia de ginástica durante a sua vida. A população deste estudo foi composta por indivíduos de ambos os sexos que praticam exercícios físicos em uma academia de Porto Velho. A amostra do estudo foi de três indivíduos, indicados pela administração da academia com sendo alunos com mais de cinco anos como clientes que frequentemente se ausentam da academia (Grupo A). Outro grupo de três indivíduos indicados pela administração da empresa como sendo alunos aderentes ao exercício respondeu ao mesmo questionário, que para fins de comparação foi denominado grupo controle (grupo). A coleta de dados se deu através do instrumento questionário, que contou perguntas fechadas e abertas. Na questão que inferiu sobre a razão porque procuraram a prática de exercícios físicos a resposta mais citada foi o quesito saúde em ambos os grupos. O quesito beleza foi relatada por um dos sujeitos. Quando questionados sobre os motivos que os levaram a procurar uma academia de ginástica os dois grupos foram unânimes em afirmar que foi por iniciativa própria. Quanto à frequência ininterrupta o grupo C obteve maior resposta de frequência. O que já era de esperar tendo por base que o grupo A é composto por sujeitos que não possuem aderência à prática

¹ Acadêmica de Psicologia do Instituto de Ensino Superior ILES/ULBRA de Porto Velho. mariacidamatos@rondoquimica.com.br

² Docente no ILES/ULBRA de Porto Velho.

³ Professor Mestre do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO. Grupo de Pesquisa: MAES. juarez.alves@ifro.edu.br

⁴ Nutricionista e Professora Especialista da Academia ATHLETICS. Grupo de Pesquisa: MAES. andreaclima@hotmail.com

de exercícios. Quando perguntados quais motivos os fizeram desistir da academia nos últimos seis meses, observa-se que a falta de atenção do professor teve resposta igual para os dois grupos (33%). No grupo C 66% afirmaram que não houve desistência. A academia de ginástica deveria rever o processo de desistência não como fator de normatização e sim como um fenômeno que precisa ser sanado com um apoio de profissional adequado.

Palavras-Chave: Aderência. Exercício físico. Academia de ginástica.

A OFERTA DO SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO NA PERCEÇÃO DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS - UM ESTUDO INTERINSTITUCIONAL (UFAM-UNIR E UFGD)

MASCARENHAS, Suely Aparecida do Nascimento - UFAM¹
GALDINO, Zilmar da Cunha - UFAM²

RESUMO

O indivíduo ao desenvolver suas potencialidades contribui para promover sua autonomia e proteger sua integridade, deste modo à orientação educativa pode exercer efeitos sobre a prática organizacional das instituições de ensino e conseqüentemente na atuação do cidadão na sociedade. À medida que a pessoa se eleva, eleva consigo o mundo em que vive. O sistema educacional precisa assegurar às pessoas serviços de orientação educativa para criar mecanismos que possibilitem às pessoas construir sua história pessoal e coletiva de forma autônoma e realizadora para ajudar na superação dos diferentes fatores, entre eles os de ordem pessoal e social, que geram dificuldades, condicionam e comprometem o desempenho dos estudantes. Para ajudar a situar o entendimento da orientação educativa se faz necessário apontar as práticas orientadoras que se realizam nas instituições de todas as esferas (básica e superior) destinadas a estudantes, docentes, diretores, pais e demais representantes; entender a prática orientativa como atividade que parte da escola como ação comunitária dirigida a todos sem distinção de idade, sexo e condicionantes socioeconômicos. Sendo a orientação educativa uma atividade especializada do sistema escolar deve possuir políticas próprias desenvolvidas por equipes multiprofissionais. O objetivo deste estudo é apresentar resultados de uma investigação que evidenciam medidas de orientação educativa recebida pelos universitários nas instituições onde estudam. Este estudo parte de uma pesquisa que desenvolve uma investigação mais ampla, apoiada pelo CNPq e pretende aportar novas informações acerca desta dimensão da gestão acadêmica de modo a contribuir com decisões voltadas à estruturação e inovações dos serviços de apoio aos estudantes universitários. Para o efeito, toma-se em consideração uma amostra de 1441 estudantes de três IFES: UFAM, UNIR e UFGD que participaram voluntária e anonimamente da pesquisa após serem informados de seus objetivos. Recorreu-se à aplicação do *QUESTIONÁRIO AVALIAÇÃO DE NECESSIDADES DE ORIENTAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR - A função orientadora da universidade* (ARZA, 2009) constituído por 22 itens divididos em escala likert de 5 pontos onde o estudante informa em duas colunas separadas em que medida recebe orientação e em que medida necessita de orientação em diversas dimensões da orientação educativa. Sendo: 1. Nenhuma; 2. Pouca; 3. Alguma; 4. Bastante e 5. Muita. Neste estudo objetiva-se apresentar indicadores acerca da orientação recebida pelos universitários. Os dados foram coletados em horário de aula por equipe treinada e acompanhada por pesquisadores colaboradores da investigação nos diferentes campi universitários da UFAM, UNIR e UFGD. Após o transporte dos cadernos até Humaitá, os dados foram tratados com apoio do programa estatístico SPSS e as análises estão sendo realizadas de acordo com os objetivos da pesquisa sendo que neste estudo são apresentados dados descritivos de caracterização da amostra e frequência de percepções para cada item do instrumento. Os resultados indicam percepções diferenciadas acerca do serviço de orientação educativa ofertados pelas instituições participantes e sugerem a pertinência da continuidade da pesquisa, pois a orientação educativa situa-se como um processo formativo permanente que concorre para o desenvolvimento das pessoas nas dimensões pessoais, formação profissional e convivência comunitária num processo dinâmico de formação permanente para a realização da almejada igualdade e conquista do êxito pessoal e profissional.

Palavras-chave: Orientação recebida. Função Orientadora da Universidade. Política Educacional.

¹ Pedagoga (1987) Doutora em Psicopedagogia/ Universidade da Corunha, Espanha (2004). Validado para o Brasil pela UNB como doutora em psicologia (2006) Estágio de pós-doutoramento em psicologia escolar Universidade do Minho, Portugal (2005). E-mail:suelymascarenhas1@yahoo.com.br - Professora DE-Universidade Federal do Amazonas, Campus Vale do Rio Madeira- Instituto de Educação, Agricultura e Ambiente- Humaitá - CNPq

² Pedagoga com habilitação em orientação e supervisão escolar (UFAM); Especialista em Gestão de Projetos Educacionais (CEFET/AM); Mestranda em educação (UNIR). E-mail:zmdcg@hotmail.com - Professora DE-Universidade Federal do Amazonas, Campus Vale do Rio Madeira- Instituto de Educação, Agricultura e Ambiente- Humaitá.

REFLEXÃO SOBRE DIFICULDADES ESCOLARES ENFRENTADAS POR ALUNOS INSTITUCIONALIZADOS EM ABRIGOS

FREDERICHI, Keila Renata de Brito¹ - CREAS

RESUMO

Este artigo analisa a questão escolar de crianças e adolescentes institucionalizadas em abrigos. Aborda especificamente, as principais dificuldades enfrentadas pelos alunos institucionalizados quanto a seu desempenho escolar, como também aponta as dificuldades vivenciadas pelas escolas que atendem esses alunos. Os serviços de acolhimento institucional (abrigos) para crianças e adolescentes integram os serviços de alta complexidade do Sistema Único da Assistência Social SUAS (BRASIL, 2005) e deve pautar-se no Estatuto da Criança e do Adolescente ECA (BRASIL, 1990). É uma medida protetiva de caráter excepcional e provisório. Este serviço é utilizado apenas quando foram esgotados todos os recursos para manutenção na família de origem, extensa ou na comunidade. Através de pesquisa bibliográfica, com abordagem qualitativa foi possível analisar a institucionalização no Brasil, suas singularidades, a ruptura familiar e suas conseqüências, além de outros fatores que juntos interferem no desempenho e interesse escolar. Ressalta-se que algumas institucionalizações ocorrem em períodos escolares já em andamento, mudanças da zona rural para a cidade, outras são de municípios vizinhos que vão para o abrigo das cidades mais próximas, causando uma ruptura drástica com a escola, com a família e amigos. Algumas das dificuldades apresentadas referem-se ao atraso e fracasso escolar, que já vem ocorrendo devido constantes mudanças de cidades, repetência, evasão escolar, problemas emocionais e ou cognitivos do aluno, falta de envolvimento dos pais ou responsáveis em matricular e acompanhar a educação dos filhos na escola, dificuldades financeiras, negligência, maus tratos entre outros. Conclui-se que a escola também enfrenta dificuldades em acolher e oferecer auxílio adequado a esses alunos devido à falta de uma rede de serviços articulada e eficiente com o sistema de garantias (saúde, educação, assistência social, justiça), falta de preparação da escola para receber seus alunos em suas diversidades e singularidades além de outras demandas existentes no contexto escolar. A articulação dos serviços de acolhimento com o sistema educacional é fundamental onde a escola constitui importante instrumento para assegurar o direito à convivência comunitária de crianças e adolescentes.

Palavras-chave: Dificuldades Escolares. Criança. Adolescente. Institucionalização.

¹ Especialista em Psicologia Hospitalar. Psicóloga do Centro de Referência da Assistência Social CREAS.
Email: keilafrederichi@hotmail.com

A APRENDIZAGEM DA LÍNGUA ESCRITA POR CRIANÇA DA ETNIA PARINTINTIN

SILVA, Estela Olanda da¹ - UFAM/IEAA
MEDEIROS, Adriana Francisca de² - UFAM/IEAA

RESUMO

Nas últimas décadas temos assistido no Brasil a um intenso movimento de (re) construção das discussões no campo da alfabetização. Para Soares (1999) as transformações por que passaram as ideias acerca da alfabetização vigentes até meados do século passado decorrem de estudos realizados no âmbito da psicologia da aprendizagem e desenvolvimento, da linguagem e da psicolingüística sobre a psicogênese da língua escrita. A difusão das concepções interacionistas de aprendizagem e desenvolvimento, no campo da psicologia, em especial das teorias de Piaget e Vygotsky, afirmando o caráter interativo e mediado dos processos de apropriação de conhecimentos puseram em evidência o papel, tanto dos sujeitos aprendizes, como dos outros mais experientes enquanto mediadores de sua relação com os objetos de conhecimentos. Guiadas por essas novas discussões apresentamos o presente artigo que é parte dos resultados de um trabalho de conclusão de curso desenvolvido no período do segundo semestre de 2011, na Universidade Federal do Amazonas - Instituto de Educação, Agricultura e Ambiente - Humaitá - AM. A investigação intitulada a aprendizagem da língua escrita por crianças da etnia Parintintin busca contribuir para a compreensão de como as crianças indígenas elaboram suas hipóteses de escrita durante o processo de alfabetização em uma língua que não é a sua de origem. Visto que, embora seja longa a história de contato do povo Parintintin com a sociedade do não-índio as crianças dessa comunidade investigada, ainda, convivem com a língua de seus ancestrais, pois, os índios mais velhos preservam o hábito de falar na língua mãe. A investigação teve como objetivo identificar as hipóteses da escrita elaboradas por essas crianças no período de alfabetização, o trabalho baseou-se nos estudos psicolingüísticos de Ferreiro e Teberosky (1999) e Ferreiro (1995,2010). Elegemos como sujeitos da pesquisa 6 (seis) crianças indígenas da etnia Parintintin matriculadas no 1º ano do Ensino Fundamental, moradoras de uma aldeia denominada Pupunha, localizada no Km 7 a margem esquerda da BR 230, mais conhecida como "Transamazônica". As crianças/sujeitos da pesquisa têm entre 7(sete) e 11 (onze) anos e estuda na própria aldeia, na Escola São José, vinculada a Secretaria Municipal de Educação - SEMED do município de Humaitá. A escola trabalha com salas multisseriada e na turma observada encontram-se crianças da educação infantil ao segundo ano do ensino fundamental que segue o mesmo calendário escolar e currículo das instituições localizadas na área urbana do município para os não-índios. A pesquisa realizada é de abordagem qualitativa, constituindo - se um estudo de caso, por priorizar as experiências e significações dos sujeitos como fundamentais à compreensão do objeto estudado (BOGDAN; BIKLEN, 1994). Os dados foram construídos a partir de atividades de diagnósticos para avaliação escrita das crianças indígenas, essa atividade orientou-se, em sua elaboração e desenvolvimento, por alguns princípios descritos por Ferreiro e Teberosky (1999) que orientam a entrevista clínica, observações e anotações em diário de campo que apontaram a partir sistematização desenvolvida com base nos princípios da análise de conteúdo que mesmo vivendo em ambientes bilíngües, os alfabetizando elaboram hipóteses de escritas semelhantes às descritas na tipologia da teoria da psicogênese da escrita de Ferreiro e Teberosky.

Palavras-chave: Alfabetização. Escrita. Educação Escolar Indígena. Povo Parintintin.

¹ Aluna concluinte do curso de pedagogia da Universidade Federal do Amazonas- Instituto de Educação, Agricultura e Ambiente - Humaitá - AM - estelaorlanda@gmail.com

² Pedagoga e Mestre em educação (UFRN), professora assistente da Universidade Federal do Amazonas- Instituto de Educação, Agricultura e Ambiente - Humaitá - AM - afdemedeiros@gmail.com

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ENSINO SUPERIOR: DEBATE NECESSÁRIO PARA A CONSECUÇÃO DA EQUIDADE COM QUALIDADE

GALDINO, Zilmar da Cunha¹
MASCARENHAS, Suely Aparecida N.²
MACIEL, Antônio Carlos³

RESUMO

Destaca-se neste texto a importância da compreensão de como os aspectos políticos e econômicos condicionam a efetivação de políticas públicas educacionais no Brasil. À reflexão da história, aponta possibilidades e limites: a distância entre o ordenamento legal, as condições reais de efetivação e a exclusão social a que é relegada a maioria da população. Tal questão mostra-se contundente nas desigualdades entre as diferentes regiões do país evidenciadas nas dificuldades de acesso e permanência dos alunos das camadas menos favorecidas nas instituições públicas de ensino superior. Neste contexto, a luta por relações mais justas no âmbito social, dentro de uma sociedade capitalista, onde o lucro é o sujeito do trabalho e não o homem, não pode se dar de forma simples e contemplativa. A elaboração da lei, por si só, não garante a imediata consecução das melhorias almejadas, mas possibilita abrir caminhos de luta para que sejam alcançadas. O estudo objetiva destacar a importância de se avançar coletivamente nas discussões das políticas que são destinadas pelo Estado a este nível de ensino, pois ao conhecer e reivindicar direitos, fazendo uso de mecanismos de acompanhamento e avaliação, a população historicamente excluída pode de acordo com suas necessidades, melhorar o foco e a efetivação destas políticas. A metodologia desenvolvida foi a bibliográfica e documental sob a perspectiva histórico-crítica e tem abordagem qualitativa. O recorte de estudo delimita-se à História da Educação no Brasil que se inicia com a chegada dos jesuítas em 1549 até 1996 com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN nº 9.394/96. Conclui-se destacando o viés verticalizado da implementação das políticas públicas para o ensino superior no Brasil, que desde seu início, se caracterizam alheias às realidades socioculturais das comunidades a que se destinam. Neste estudo é negada a conduta determinística da história, e também a existência de uma receita de luta, mas se destaca a urgência de mudanças no âmbito da discussão entre Estado e sociedade civil para a formulação e execução de políticas públicas educacionais para a real democratização do ensino superior brasileiro.

Palavras-chave: Políticas Públicas Educacionais. História da educação. Sociedade de classes. Ensino superior.

¹ Pedagoga com habilitação em Orientação e Supervisão Escolar (UFAM); Especialista em Gestão de Projetos Educacionais (CEFET/AM); Mestranda em Educação pela Universidade Federal de Rondônia - UNIR; Professora DE da Universidade Federal do Amazonas - UFAM, Campus Vale do Rio Madeira - Instituto de Educação, Agricultura e Ambiente. E-mail: zmdcg@hotmail.com

² Pedagoga (1987) Doutora em Psicopedagogia/ Universidade da Corunha, Espanha (2004). Validado para o Brasil - UNB como doutora em psicologia (2006) Estágio de pós-doutoramento em psicologia escolar Universidade do Minho, Portugal (2005) - Professora DE-Universidade Federal do Amazonas, Campus Vale do Rio Madeira - Instituto de Educação, Agricultura e Ambiente- Humaitá - CNPq E-mail: suelymascarenhas1@yahoo.com

³ Professor Dr. DE da Universidade de Rondônia (UNIR)

EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E SUJEITO DO CONHECIMENTO

ZUIN, Aparecida Luzia Alzira¹ - UNIR
HILÁRIO, Rosângela Aparecida² - UNIR

RESUMO

Esta pesquisa visa reconhecer a dicotomia existente entre as experiências atuais de educação e a construção estético-cognitiva, objeto que sempre caracterizou os problemas referentes à educação moderna. Em Freire, esta questão se apresenta marcada pela ideia de que a escola não é o único espaço da veiculação do conhecimento; desse modo considera outros espaços sociais como propícios à interação de práticas pedagógicas diferenciadas de maneira a possibilitar as experiências do cotidiano dos sujeitos no seu aprendizado. A lógica de educação libertadora, crítica e pautada na consciência, presente na tese de Paulo Freire, demonstra a ideia da “auto-realização do sujeito do conhecimento” por meio da comunicação. É esta lógica a determinante para a formalização do plano educacional direcionado ao projeto de construção do sujeito autônomo, livre e potencializador das suas ações.

Palavras-chave: Educação. Comunicação. Sujeito e objeto.

¹ Profª Drª do PPGE - UNIR/RO. profalazuin@unir.br

² Profª do Departamento de Ciências da Educação/UNIR.